

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE**

1

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90055/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 23060.000771/2025-54**

**RECORRENTE: CENVEL CENTRAL LOCADORA LTDA**

**RECORRIDO: VERDE PLANEJAMENTOS E SERVIÇOS LTDA**

**CENVEL CENTRAL LOCADORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.871.848/0001-11, já qualificada nos autos do pregão eletrônico em epígrafe, vem muito respeitosamente a presença de vossa senhoria, apresentar com fundamento disposto no art. 165, inciso I, alínea c, da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c §2º, do art. 25, do Decreto nº 11.461/2023 e item 13 do edital.

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

Em face da habilitação da empresa **VERDE PLANEJAMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, nos autos do **PREGÃO ELETRÔNICO** tombado sob o nº **90055/2025**, cujo objeto da presente licitação é a **“Registro de preços para a eventual contratação de Serviços Continuados de Apoio Administrativo, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra”** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1. DA SÍNTESE PROCESSUAL:**

Consta dos presentes autos que, a empresa **RECORRENTE** atendendo ao instrumento convocatório publicado na forma da legislação vigente, veio a participar do certame tombado sob o nº **90055/2025**, na modalidade Pregão Eletrônico (**PROCESSO ADMINISTRATIVO 23060.000771/2025-54**), cujo objeto fora acima descrito e seria processado por meio do Sistema de Compras do Governo Federal.

O processo foi constituído com grupo único, grupo único, formado por 111 (cento e onze) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem, sendo o critério de julgamento o menor preço por grupo, conforme dispõe a apresentação do edital, tudo com vistas a atender as demandas do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia De Sergipe.

No dia **21.10.2025**, conforme previsto no edital, o certame teve início mediante o credenciamento das empresas interessadas em prestar os serviços, ocorrendo a sessão para habilitação e julgamento das propostas apresentadas pelas empresas participantes da disputa.

Ato contínuo, as empresas Recorrente e Recorrida, foram classificadas no certame, e, por conseguinte, ocorre que a empresa **VERDE PLANEJAMENTOS E SERVIÇOS LTDA veio a ser indevidamente classificada no certame, mesmo sem ter cumprido com as exigências disposta no edital**, declarada vencedora do grupo em questão, de acordo com as informações lançadas no sistema e na ata anexada aos autos.

Ocasão em que a empresa **CENVEL CENTRAL LOCADORA LTDA**, ora **RECORRENTE**, manifestou sua intenção em recorrer haja vista que restou apurado que a citada empresa **mesmo declarando inicialmente que cumprir a cota de reserva para pessoas com deficiência (PCD), não cumpri com tais requisitos legais**.

Conforme verificações realizadas em certidões emitidas por órgãos governamentais, foi constatado que a empresa prestou declaração falsa quanto ao cumprimento das cotas legais referentes tanto a aprendizes quanto a pessoas com deficiência, **em desacordo com as cláusulas 5.10, 5.44, 9.7 e 9.8 do edital**.

**Outrossim, em consulta pública, também foram feitas pesquisas sobre sanções aplicadas em nome da empresa**, conforme comprovam os documentos anexos, estando está impedida de contratar com a administração pública.

Cumpre salientar, desde logo, que a matéria combatida por meio das razões recursais neste ato apresentadas, possuem plausibilidade jurídica inequívoca, pelo que se prequestiona desde logo, para eventualmente serem enfrentadas em sede de ações autônomas e recursos extremos, tanto no Poder Judiciário quanto nos órgãos fiscalizadores e de controle externo, como o Colendo Tribunal de Contas da União - TCU.

Sendo assim, feita essas ponderações iniciais, passamos a expor razões deste recurso.

## **2. DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO DAS CONTRARRAZÕES:**

A empresa **RECORRENTE** manifestou sua intenção de interpor recurso e apresentará suas razões recursais em por meio de informações lançadas no sistema utilizado para realização do certame, conforme na ata do sistema gerada pela plataforma do site Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

Assim, segundo capitula o §4º, do art. 165, da Lei nº 14.133/2021, **o prazo para apresentação das contrarrazões seriam de 03 (três) dias úteis**, senão vejamos as citadas normas legais:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

**I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) **juizamento das propostas;**

c) **ato de habilitação ou inabilitação de licitante;**

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

§ 4º **O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal** ou de divulgação da interposição do recurso. **[grifos nossos]**

O edital do citado processo também prevê a hipótese de interposição de recurso administrativo na forma do item 13, senão vejamos:

### **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. **O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema. **[destaquei]**

Portanto, o início do prazo começa a fluir a partir da apresentação das razões recursais, isto é, desta feita o prazo para interposição do recurso administrativo, esgota-se no dia **14.11.2025**, após transcorrer o tríduo legal para este fim, razão pela qual a presente razões recursais é tempestiva devendo ser regularmente processado e analisado por vossa senhoria.

Assim, passamos a apresentar as contrarrazões aos recursos.

### **3. DO DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS E EDITALÍCIAS. DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:**

Inicialmente, entende-se por bem analisar a legislação vigente pertinente a matéria, para ao fim verificar o total descumprimento dos preceitos legais por parte da decisão proferida pelo Sr. Pregoeiro e também da empresa **RECORRIDA, havendo manifestas** irregularidades e descumprimento do edital

capazes de conduzir a desclassificação da **VERDE PLANEJAMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, pois, restou comprovada o descumprimento do edital e a existência de penalidades com impedimento de contratar com a gestão pública, conforme será demonstrado mais adiante.

Com o advento da nova Lei de Licitações e Contratos – Lei Federal nº 14.133/2021 – foram mantidos vários princípios regentes do processo licitatório como um todo, dentre os quais podemos destacar o princípio da estrita legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, regularmente publicado para realização do certame, **razão pela qual tanto o órgão licitante quanto as empresas participantes devem curvar-se as disposições do edital**, em cumprimento ao princípio destacada acima.

As disposições constantes no art. 5º, da Lei nº14.133/2021, são claras:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da **vinculação ao edital**, do **julgamento objetivo**, da **segurança jurídica**, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Acerca do citado princípio o professor Marçal Justen Filho<sup>1</sup>, especialista em matéria de licitações e contratos, acentua em seu magistério que:

**O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração**, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41, com aquela do art. 4º, **pode-se afirmar que a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento**. Sob um certo ângulo, o **edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação**, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. **Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação**. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública.

Ao **submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório**, a Lei n. 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de algumas das fases, os critérios de julgamento. **Todos os critérios e todas as exigências deverão constar, de modo expresso e exaustivo, no corpo do edital**. (In op. cit., p. 385).

<sup>1</sup> - Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Ed. Dialética, 9ª edição, 385.

A propósito Sr. Pregoeiro, merece destaque a inolvidável lição de Hely Lopes Meireles, pontífice do direito administrativo brasileiro, ao prelecionar:

A vinculação ao edital é **princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido...** O edital é a **lei interna da licitação** e, como tal, **vincula aos seus termos tanto os licitantes como a administração que o expediu.** [grifos nossos]

Deste modo, independentemente da modalidade licitatória deflagrada, **deve-se garantir a efetiva observância os princípios inerentes as licitações públicas**, dentre eles: **vinculação ao edital, igualdade, julgamento objetivo, impessoalidade, legalidade e isonomia**, ambos expressamente previstos no art. 5º, da Lei nº 14.133/2021.

O Supremo Tribunal Federal, também já concluiu nesse mesmo sentido, conforme se vê dos autos do RMS 23640/DF:

**EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. (...). DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. (...).** 2. **Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência.** 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. (Rel. Min. Maurício Correa, in DJ de 5/dezembro/2003). (Grifo nosso). [destaquei]

A parti deste contexto, o presente recurso administrativo, além dos fundamentos legais a serem apresentados, tem amparo ainda, **na impossibilidade de relativização de cláusulas do edital que obrigatoriamente deveriam observadas pelo Sr. Pregoeiro e pela empresa RECORRIDA e, também, pela própria administração**, uma vez que a minuta do edital, **foi previamente aprovada pela assessoria jurídica**, passando o instrumento convocatório a fazer lei entre as partes, restando patente a inviabilidade de discussão posterior das normas editalícias.

Nesta senda, **o instrumento convocatório e seus termos atrelam tanto à Administração**, que estará estritamente subordinada aos seus próprios atos, quanto às concorrentes, sabedoras do inteiro teor do certame, especialmente quando não há apresentação de pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital.

A partir deste contexto resta claro e evidente que, todos os requisitos previstos no edital para fins de comprovação de cota de reserva para pessoas com deficiência (PCD) e a existência de penalidades administrativas em face da RECORRIDA, acarretam evidente descumprimento do edital a justificar a sua desclassificação do certame.



Portanto, a Administração e as licitantes ficam restritas ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, e ao julgamento, nos exatos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **4. DO NÃO CUMPRIMENTO DO EDITAL QUANTO COTA DE RESERVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD). VIOLAÇÃO AOS ITENS 5.4, 5.10, 9.7 E 9.8 DO EDITAL. VIOLAÇÃO AO INCISO IV, DO ART. 63, DA LEI Nº 14.133/2021.**

Senhor Pregoeiro, analisado o teor das documentações apresentadas pela empresa recorrida, verificou-se que está não se atentou quanto ao cumprimento do edital no que se refere a cota reservada para pessoas com deficiência – PCD, em absoluto descumprimento do edital.

Analisando o teor das disposições contidas no edital, verifica-se que o item 5.4.4, 5.10, 9.7 e 9.8, dispõe que:

**5.4. No cadastramento da proposta inicial**, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de inabilitação**, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas. [destaquei]

Ao procedermos a análise no site do Ministério do Trabalho e Emprego, disponível em <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab> verificou-se que a empresa **VERDE PLANEJAMENTOS E SERVIÇOS LTDA NÃO CUMPRI** com o disposto no **art. 93 da Lei nº 8.213/91**, e consequentemente descumpre as exigências do edital acima mencionadas.

Art. 93. **A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada** a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com **beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência**, habilitadas, na seguinte proporção:

- I - até 200 empregados.....2%;
- II - de 201 a 500.....3%;
- III - de 501 a 1.000.....4%;
- IV - de 1.001 em diante. ....5%.

Senão vejamos o teor da citada certidão:



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

**CERTIDÃO**

**EMPREGADOR:** VERDE PLANEJAMENTOS E SERVICOS LTDA  
**CNPJ:** 11.460.798/0001-70  
**CERTIDÃO EMITIDA** em 13/11/2025, às 18:49:51

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 10/11/2025, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **INFERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab/verificar> com o código de verificação **RV0eC8qp2eKAV45**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 10/11/2025. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 10/11/2025 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

Deste modo, não se trata aqui de mero descumprimento da legislação previdenciária disposta no art. 93, da Lei nº8.213/91, mas sim de efetivo cumprimento do edital quanto os requisitos básicos previstos no instrumento convocatório para fins de habilitação jurídica, nitidamente descumprimentos pela empresa **RECORRIDA**.

*Outrossim*, restou por violado ainda o inciso IV, do art. 63, da Lei nº 14.133/2021, senão vejamos:

**Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:**

- I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- II - será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;
- III - serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;
- IV - **será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas. **[destaquei]**

Acerca da necessidade de efetivo cumprimento de tal preceito legal, coleciona-se o recente entendimento jurisprudencial do colendo TCU:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REALIZADO PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DO ART. 63, INCISO IV, DA LEI 14.133/2021. CONHECIMENTO.** PROCEDÊNCIA DAS RAZÕES INVOCADAS PELA AUTORA DA REPRESENTAÇÃO. IRREGULAR INABILITAÇÃO DA REPRESENTANTE. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE, DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO DO PERIGO DA DEMORA REVERSO. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA ANULAÇÃO DO ATO DE INABILITAÇÃO DA EMPRESA. 1. **A aplicação do art. 63, IV, da Lei 14.133/2021 deve observar, em concreto, os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e economicidade, de modo a evitar a inabilitação automática de licitantes quando o eventual descumprimento da cota legal de pessoas com deficiência decorrer de circunstâncias momentâneas e estiver demonstrada a adoção de providências para sua regularização.** (TCU. ACÓRDÃO 2209/2025 – processo 011.210/20257 – PLENÁRIO, Relator Ministro **BENJAMIN ZYMLER**, julgado em 24.09.2025). **[destaquei]**

Em uma representação sobre possíveis irregularidades em um pregão eletrônico, o TCU considerou que, embora a empresa vencedora não cumprisse os percentuais mínimos de PCD, ela demonstrou "esforços contínuos para a adequação dos índices e que justificou



as dificuldades enfrentadas para atendimento das cotas", o que estaria de acordo com a jurisprudência do Tribunal. (TCU - Acórdão 413/2025 - Plenário — Publicado em 26/02/2025)

O descumprimento da reserva de cotas para PCD pode ter consequências severas para as empresas que participam de licitações. A **Lei nº 14.133/2021**, em seu **art. 63, inciso IV**, **exige que os licitantes apresentem uma declaração de que cumprem as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.**

Sendo assim, a apresentação de uma declaração que não condiz com a realidade deverá acarretar a **desclassificação da empresa** ou até mesmo à **anulação do resultado do certame**, caso a irregularidade seja constatada posteriormente.

A Doutrina aponta que o inciso IV se refere à chamada **"habilitação social"**, ou seja, fase de habilitação que avalia aspectos sociais/trabalhistas e não apenas técnicos, jurídicos e fiscais, como costumeiramente acontecia, ainda sob a égide da Lei nº 8.666/93.

Assim como a exigência está prevista no edital (em consonância com o art. 63, IV) e o licitante não comprovar ou declarar o cumprimento da cota de PCD conforme exigido, a sua **inabilitação** ou **desclassificação** (na fase de habilitação) deste certame é medida que se impõe.

## **5. DA EXISTÊNCIA DE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS E DO IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

Senhor Pregoeiro, como se não bastasse o não cumprimento do edital quanto a cota de reserva para pessoas com deficiência (PCD), verificou-se ainda após pesquisas realizadas em nome da empresa RECORRIDA que está **possui penalidade administrativa e impedimento temporário de contratar com a administração pública.**

Conforme levantamento realizado pela RECORRENTE, verificou-se que a empresa **VERDE PLANEJAMENTOS E SERVICOS LTDA inscrita no CNPJ 11.460.798/0001-70**, possui o impedimento legal de contratar com a administração pública, com prazo de **vigência entre 23.12.2024 a 23.12.2026, isto é, pelo prazo de 02 (dois) anos**, logo, estaria completamente impedida de firmar qualquer contrato com o órgão licitante.

Nesse sentido veja o teor da citada penalidade:

Data da consulta: 13/11/2025 18:49:02

Data da última atualização: 11/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP) , 11/2025 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 11/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 11/2025 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 11/2025 (Diário Oficial da União - CEAF)

#### EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

##### Cadastro da Receita

VERDE PLANEJAMENTOS E SERVICOS LTDA -  
11.460.798/0001-70

[CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA](#)

##### Nome informado pelo Órgão sancionador

VERDE  
PLANEJAMENTOS E  
SERVIÇOS LTDA

##### Nome Fantasia

VS SERVICOS

#### DETALHAMENTO DA SANÇÃO

##### Cadastro

CEIS

##### Categoria da sanção

IMPEDIMENTO/PROIBIÇÃO DE  
CONTRATAR COM PRAZO  
DETERMINADO

##### Data de início da sanção

23/12/2024

##### Data de fim da sanção

23/12/2026

##### Data de publicação da sanção

23/12/2024

##### Publicação

DIÁRIO OFICIAL DO  
MUNICÍPIO SEÇÃO 1  
PAGINA 37

##### Detalhamento do meio de publicação

##### Data do trânsito em julgado

05/12/2024

##### Número do processo

2022.08.0011

##### Número do contrato

##### Abrangência da sanção

NA ESFERA E NO  
PODER DO ÓRGÃO  
SANCIONADOR

##### Observações

Segundo informações extraídas do sistema a citada penalidade tem por fundamento legal:

LEI 10.520 - ART. 7º - ART. 7º quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, **não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame**, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **FICARÁ IMPEDIDO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL OU MUNICÍPIOS E**, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

*Ou seja*, a **própria penalidade administrativa aplicada destaca que está se estende também para os órgãos integrantes da UNIÃO**, como no caso desta licitação, não havendo dúvidas razoáveis quanto ao seu impedimento de licitar para **13** com a administração pública federal.

**As condutas indicadas no lançamento da penalidade certamente são de gravidade excessiva**, senão não teriam gerado o impedido de contratar por **02 (dois) anos**, o que deve ser apreciado com cautela por este órgão licitante, sobretudo, com vistas a afastar a reiteração destas condutas.

A penalidade de impedimento de licitar e contratar é **uma sanção administrativa grave que proíbe um fornecedor de participar de licitações e celebrar contratos com a Administração Pública por um período determinado**, no caso dos autos **23.12.2024 a 23.12.2026**. Sabe-se que na nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), essa penalidade pode durar até três anos e, sendo que a sanção de suspensão temporária se aplique a todos os entes federativos (União, estados, DF e municípios).

O entendimento do TCU é que:

**"a proibição de contratação de particular que já revelou ser indigno de ser contratado pela Administração, descumprindo obrigações anteriormente pactuadas, como é o caso do particular punido com a sanção prevista no inciso III do art. 87, tem o nítido propósito de evitar fraudes e prejuízos ao erário"** (Acórdão n.º 2218/2011-1ª Câmara, TC-025.430/2009-5, rel. Min. José Múcio, revisor Min. Walton Alencar Rodrigues, 12.04.2011).

A título de exemplo, ainda na vigência da Lei n. 8.666/1993, o Superior Tribunal de Justiça tratou de interpretar o tema no sentido de que a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração atinge toda a Administração Pública Direta e Indireta, não somente o respectivo órgão administrativo sancionador (**AgInt no RMS n. 72.436/SC, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 18/3/2024, DJe de 2/4/2024; AgInt no REsp n. 1.382.362/PR, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 7/3/2017, DJe de 31/3/2017**). Os Tribunais Estaduais têm acompanhado o entendimento.

Vejamos o teor da ementa da jurisprudência lançada no STJ lançada ainda em 2024:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO.

DECLASSIFICAÇÃO DA IMPETRANTE. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR. ALCANCE DA PENALIDADE. TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. 1. Tendo o recurso sido interposto contra decisão publicada na vigência do Código de Processo Civil de 2015, devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele previsto, conforme Enunciado Administrativo n. 3/2016/STJ. 2. **De acordo com a jurisprudência do STJ, a penalidade prevista no art.**

**87, III, da Lei n. 8.666/1993 não produz efeitos apenas em relação ao ente federativo sancionador, MAS ALCANÇA TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** (MS 19.657/DF, rel. Min. Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe 23/8/2013). 3. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no RMS: 72436 SC 2023/0375366-7, Relator.: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 18/03/2024, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/04/2024)

Deste modo, resta claro que **a jurisprudência do STJ entende que o essencial a penalidade aplicada a empresa alcança toda a administração pública**, independente da esfera sob a qual o poder esteja vinculado, ou seja, correlato, conforme a mais recente jurisprudência do Colendo STJ, acima destacada.

A parti deste contexto, a empresa **RECORRIDA** deve **SER DESCLASSIFICADA** neste certame, vez que NÃO cumpriu fielmente todos os requisitos do edital, **em especial os itens 5.4.4, 5.10, 9.7 e 9.8**, razão pela qual a sua inabilitação no certame é medida que se impõe.

Portanto, restou demonstrado que a **RECORRIDA não atendeu** plenamente a todos os requisitos legais e editalícios, estando sua habilitação em absoluta desconformidade com a Lei 14.133/2021 e com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União e do Colendo STJ, razão pela qual a desclassificação da empresa no certame, é medida de **JUSTIÇA!**

## 6. DO PEDIDO:

Ante o exposto a empresa **RECORRENTE**, vem perante vossa senhoria requerer preliminarmente que as presentes razões recursais sejam **CONHECIDA**, para que no mérito, **JULGUE TOTALMENTE PROCEDENTE** o recurso administrativo manejado, para desclassificar e inabilitar a empresa **RECORRIDA - VERDE 15 PLANEJAMENTOS E SERVICOS LTDA**, por descumprimento do edital, **em especial os itens 5.4.4, 5.10, 9.7 e 9.8**, face o não cumprimento da cota de reserva para pessoas com deficiência (PCD), violando o edital e o inciso III, do art. 63, da Lei nº 14.133/2021, bem como em virtude da penalidade administrativa que pesa sob a empresa, com o **impedimento de licitar com a administração pública** no período de **23.12.2024 a 23.12.2026**, isto é, pelo prazo de **02 (dois) anos**, em tudo observada a fundamentação acima lançada.

Por derradeiro requer ainda, que a decisão do Sr. Pregoeiro seja reformada na esteira dos fundamentos jurídicos acima lançados, **DE MODO A RECEBER E ACEITAR AS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE**, com vistas a reestabelecer a segurança jurídica dos atos administrativos internos deste órgão.

Caso não seja este o entendimento, que seja o presente recurso submetido a autoridade hierarquicamente superior para análise e decisão final nos termos do art. 165, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.



Termos em que,

Pede e espera deferimento.



Paragominas/PA, 14 de novembro de 2025.

**CENVEL CENTRAL LOCADORA LTDA**  
CNPJ nº 02.871.848/0001-11

